

## PERSPECTIVAS DE PESQUISA - AÇÃO<sup>1</sup>: INVESTIGAR, ATUAR, FORMAR

4

Valéria Oliveira de Vasconcelos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetivou relatar, de acordo com bibliografia específica, como surgiu a pesquisa-ação, bem como suas principais linhas teóricas, finalidades, objetivos e planejamento. Estudos apontam que a pesquisa-ação tem a investigação, a ação e a formação como principais alvos. Ela vem a ser, então, um processo metodológico mediado pelo diálogo em que se busca perceber os problemas concretos de dada realidade social e atuar conjuntamente com as pessoas que vivem esses problemas em seu cotidiano, buscando também sua resolução – ou pelo menos maior conscientização sobre suas origens e possíveis soluções – e proporcionando aos participantes e investigadores a aprendizagem

de uma prática nova em busca de uma transformação social. O planejamento dos passos da pesquisa-ação se dá de forma cíclica, partindo de uma fase inicial de “diagnóstico”, seguida de uma fase “ação” conjunta entre investigadores e participantes locais, uma fase de “avaliação” e uma nova “ação”, construída coletivamente a partir da reflexão feita sobre as fases anteriores. Assim, o planejamento se pauta sempre em função de como se dá o entrelaçamento entre os três princípios que a norteiam: investigação, ação e formação. Espera-se que este artigo possa auxiliar pesquisadores de diversas áreas que tenham como orientação a construção de uma sociedade com mais justiça e equidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Investigação. Ação. Formação.

### I. INTRODUÇÃO

A terminologia relacionada à pesquisa-ação é bastante ampla. Thiollent (1997) citou diversos termos em diferentes países que se referem à pesquisa-ação: “Pesquisa-ação” – Brasil; “investigação acción” – Portugal; “investigación-acción” –

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito baseado em um dos capítulos teóricos da tese de doutorado intitulada: *Bebendo em uma Fonte de Água Fresca: caminhos para a formação de educadores comunitários de lazer*. São Carlos, SP: UFSCar, 2002.

<sup>2</sup> Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutora em Educação pela UFSCar/Universidade de Salamanca (Espanha).

Espanha; “action research” ou “participatory action research” – países de fala inglesa; “recherche-action” – França; “Aktionsforschung” – Alemanha; “ricerca azione” – Itália. Há quem a identifique também com a “pesquisa participante” e, apesar de muitos autores afirmarem que existem diferenças intrínsecas entre esta e a pesquisa-ação (LOPEZ DE CEBALLOS, 1987; THIOLENT, 1988; GOYETTE; LESSARD-HÉBERT, 1988, entre outros), em muitos países a terminologia adotada é a mesma. Segundo Rahman e Fals Borda (1991), a “pesquisa participante” recebe, igualmente, várias denominações, a saber: “investigación-acción participativa (IAP)” – Hispano-América; “participatory action research (PAR)” – adotado em países de fala inglesa e do norte e centro da Europa; “pesquisa participante” – Brasil; “ricerca partecipativa” – Itália; “enquête participation” ou “recherche action” – França; e “Aktionsforschung” – Alemanha.

Como se pode notar, os termos utilizados para ambas – pesquisa participante e pesquisa-ação – em países como a França (*recherche action*) e a Alemanha (*Aktionsforschung*) e outros de fala inglesa (*participatory action research*) são coincidentes, o que evidencia o fato de que não existe uma definição uníssona do conceito de pesquisa-ação.

Não obstante, buscar-se-ão neste trabalho algumas referências que possibilitem a melhor compreensão a respeito desta metodologia de pesquisa.

## 2. HISTÓRICO

O surgimento da pesquisa-ação teve sua origem em meados do século XX. Numa resenha histórica sobre as tendências da pesquisa-ação na literatura anglosaxônica, Thirion (1980)<sup>3</sup> identificou uma primeira geração inspirada em Dewey e nos pressupostos do movimento da Escola Nova.

Para muitos autores, Kurt Lewin teria sido o fundador da pesquisa-ação, através de seus trabalhos de intervenção psicossocial. Segundo Robert Frank (1981)<sup>4</sup>, o nome pesquisa-ação ou *action research* foi utilizado pela primeira vez por Kurt Lewin durante a II Guerra Mundial (entre 1940-1945), num trabalho efetuado para mudar os hábitos alimentícios a pedido dos poderes públicos americanos, em razão da escassez de alguns alimentos. O investigador, baseado nessa concepção, deveria se tornar um ator da transformação. As duas idéias centrais do pensamento de Lewin se pautavam na decisão de grupo e no compromisso com a melhora. Percebe-se no pensamento desse estudioso uma preocupação freqüente com a questão social e também com a importância de uma ação investigativa voltada para essa problemática:

<sup>3</sup> THIRION, Anne Marie. Tendences actuelles de la recherche-action. Examen critique, These de doctorat en Sciences de l'éducation, Université de Liege, Anne académique 1979-1980. Citado por Goyette; Lessard-Hébert (1988).

<sup>4</sup> Frank, Robert (1981). Recherche-action ou connaissance pour l'action? Quelque point du repère et trois positions de principe. In: Revue internationale d'actions communautaires, v. 5, n. 45, p.160-165. Citado por Goyette; Lessard-Hébert (op. cit.).

Em anos recentes nos demos conta que os problemas das minorias são, em realidade, problemas das maiorias, que o problema dos negros é um problema dos brancos, que o problema dos judeus afeta não somente aos judeus, e assim por diante (LEWIN, 1946, p. 23)<sup>5</sup>.

Além disso, Kurt Lewin já naquela época retratava o temor que demonstravam as pessoas em geral diante das ciências sociais e da investigação realizada nas universidades ou nas instituições oficiais, já que os investigadores usualmente impunham sua visão acerca das soluções de seus problemas. Assim, ele apresentou a pesquisa-ação como uma alternativa ao que chamava de “tecnocracia” da ciência social.

De acordo com Rahman e Fals Borda (1991), o trabalho de Lewin expressava preocupações similares às da “pesquisa participante”<sup>6</sup> de hoje – teoria/prática, uso social da ciência, linguagem e pertinência da informação – porém seus seguidores restringiram as intuições de Lewin a contextos mais reduzidos, traduzindo-o sob o termo de “investigação operativa”, sobrepondo a eficácia ao debate democrático.

Passada a fase inicial da pesquisa-ação, Thirion (1981), entre outros, afirmou que o livro editado em 1953 por Stephen M. Corey contribuiria para popularizar a pesquisa-ação nos meios educativos americanos. Corey utilizou esse enfoque em numerosos projetos de investigação dirigidos por educadores.

As práticas da pesquisa-ação se desenvolveram em dois planos: sobre o campo de ação (meios de trabalho, meios de educação, meios de vida comunitária etc.) e no marco das ciências humanas (psicologia, sociologia, antropologia, ciências da educação, ciências religiosas, artes e letras, ciências econômicas e administrativas). No Brasil, a pesquisa-ação mostrou-se presente nas pesquisas conscientizadoras realizadas por Paulo Freire.

Historicamente, a pesquisa-ação esteve atrelada às mobilizações de grupos minoritários (desde Dewey e Lewin), mesmo considerando-se que essa tendência tenha sido desvirtuada em alguns momentos. Para Katarina Ley<sup>7</sup>, a eclosão da pesquisa-ação está associada às lutas sociais:

Sobretudo, é sem dúvida o desenvolvimento dos movimentos sociais, das lutas sociais em campos aonde a ação não pode prescindir de conhecimentos cada vez mais completos, o que tem conduzido aos diversos componentes dos movimentos de trabalhadores a empre-

<sup>5</sup> Tradução feita por Salazar, M.C. **La investigación-acción participativa**. Inicios y desarrollos. U.N. Colombia: Consejo de Educación de Adultos de América Latina, 1991.

<sup>6</sup> Esses autores tratam especificamente da *pesquisa participante* (Investigación Acción Participativa), tipologia que deriva historicamente da Pesquisa-ação, não obstante sua ideologia estar muito mais ligada ao que Fals Borda chama de *ciência do proletariado*. Para aprofundar essa discussão, ler também Rahman; Fals Borda, 1991; Goyette; Lessard-Hébert, 1988; e Perez Serrano, 1990.

<sup>7</sup> Ley, Katarina (1979). Le statut scientifique de la recherche-action. Premiers propos pour un debat. Neuchâtel, Institut romand de recherches et documentations pédagogiques (I.R.D.P.), 11 p. Citada por Goyette Lessard-Hébert (op.cit.).

ender atividades de investigação sob uma forma que lhes seja adequada, diretamente útil às ações em curso (p. 20).

Os movimentos sociais deram valiosas contribuições à pesquisa-ação. Esses movimentos têm como meta principal conscientizar o povo da situação em que vive para que possa, a partir daí, transformá-la tanto individual quanto coletivamente. A pesquisa-ação, sob essa perspectiva, está intimamente ligada a um compromisso político e ideológico. Para Zuñiga, “a investigação científica é inovadora sob o ponto de vista científico somente quando é inovadora sob o ponto de vista sócio-político”<sup>8</sup>.

Somado ao interesse das lutas sociais, a pesquisa-ação teria surgido também em função de uma tomada de consciência da importância crescente que a ciência desempenhava no processo de produção – daí que se possa compreender a utilização operacional da investigação que se empreendeu depois da Segunda Guerra, em países como os Estados Unidos.

A pesquisa-ação de maneira geral, desde seu surgimento até os dias atuais, sofreu aumento substancial de sua magnitude, muito embora sua conceituação se tenha ampliado a um conjunto de concepções e de práticas diversificadas e, por vezes, mal definidas. Para alguns autores, não se pode falar da pesquisa-ação como um conceito único e fechado. A diversidade de suas concepções se mostra tanto nas definições teóricas em que está apoiada quanto nas experiências das quais se vale.

### 3. OBJETIVOS DA PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação possui objetivos de “investigação e construção do conhecimento”; de “ação” – está geralmente relacionada à transformação social<sup>9</sup>; e objetivo de “formação”. Essa perspectiva – apesar de discordâncias entre vários autores sobre a inclusão de um ou mais desses objetivos – já se demonstra desde Kurt Lewin (1946), que considerava que “a ação, a investigação e o treinamento formam um triângulo que deve ser mantido unido em benefício de qualquer um de seus componentes” (p. 21).

Segundo Rhéume (1982)<sup>10</sup>, as características presentes no modelo de Kurt Lewin foram evoluindo no sentido de uma implicação crescente das

<sup>8</sup> Zuñiga, R. (1981). La recherche action et le controle du savoir. In: Revue International d’action Communautaire, Vol. V, n. 25., citado por Perez Serrano (op.cit., p. 39).

<sup>9</sup> Autores como Park (1990) e Rahman e Fals Borda (1991), entre outros, reportando-se aos objetivos da *pesquisa participante*, afirmam que seu objetivo explícito é alcançar uma sociedade mais justa. Esse objetivo de transformação social radical seria a longo prazo, não podendo ser atingido em um ou dois projetos, ainda que seja essa a lógica que conduz a *pesquisa participante (IAP)*.

<sup>10</sup> Rhéume, Jackes. La recherche-action: un nouveau mode de savoir? En **Sociologie et sociétés**. abril, 1982, v. XIV, 1, p. 51-61. Citado por Goyette Lessard-Hébert (op.cit.).

pessoas envolvidas<sup>11</sup>. Essa implicação, entretanto, não representaria uma finalidade em si mesma, mas sim uma característica intrínseca da pesquisa-ação. De acordo com uma definição de Thiollent (1988), a pesquisa-ação:

É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (p. 14).

Esse autor mostrou também a relevância da formação dentro do conceito da pesquisa-ação, quando afirmou que ela não se restringe à simples ação:

Pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. [...] A ênfase da Pesquisa-ação pode ser dada a três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento (p. 16-18).

Esses três elementos também estão presentes na definição dada por Kemmis e McTaggart (1992) à pesquisa-ação:

É uma forma de indagação introspectiva coletiva empreendida por participantes em situações sociais com o objetivo de melhorar a racionalidade e a justiça em suas práticas sociais ou educativas, assim como uma compreensão dessas práticas e das situações em que estas têm lugar.

Partindo de uma análise aprofundada de algumas definições, assim como da diversidade metodológica que apresentam, Perez Serrano (1990) afirmou que todas as definições mostram traços comuns, mesmo que expressados de maneira diferente, aludindo sempre à **prática**, à **reflexão** e à **melhora** de uma situação social concreta.

É importante ressaltar, ademais, alguns aspectos que diferenciam essa modalidade investigativa da pesquisa tradicional, quais sejam:

<sup>11</sup> Para Lopez de Ceballos (1988). Apoiada na tipologia desenhada por Henri Desroche – a *implicação* ocupa um lugar de destaque na prática investigativa, sendo os níveis dessa implicação (ou participação) que irão diferenciar as diversas modalidades de investigação – Pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa conscientizante e investigação aplicada, entre outras. Assim, a *Pesquisa-ação* aparece nessa tipologia como um “modelo ideal”: *quanto mais profunda a explicação, mais significativa a aplicação e mais forte implicação, melhor a IAP* (p. 26). É interessante notar que essa autora se refere inúmeras vezes em seu livro à *investigación acción* (no Brasil, denominada Pesquisa-ação) e à *investigación-acción participativa - IAP* (no Brasil traduzida como pesquisa participante) como sinônimos, e se refere à pesquisa participante como *encuesta participante*, o que serve para ilustrar a diversidade de termos que se pode atribuir a um mesmo conceito e a confusão nomenclógica que isso acaba por acarretar.

A especificidade dos objetivos de transformação social que persegue; a maneira como são utilizados e modificados os métodos investigativos; as classes de conhecimento que produz e a maneira como relaciona o conhecimento com a ação social (PARK, 1991, p. 138).

A pesquisa-ação parte de uma nova filosofia e de uma concepção de mundo que pressupõe uma aproximação à realidade distinta de outras formas de investigação. Segundo Perez Serrano (1990), a pesquisa-ação:

Caracteriza-se por ler, perceber e apreender a práxis cotidiana que emerge cada vez de forma diferente. Caracteriza-se também [...] por valorizar aquilo que é nossa forma e modo mais comum de viver, por estudar e analisar os grupos e as necessidades nos quais se desenvolve normalmente nossa existência (p. 87).

Isso posto, serão brevemente expostos aqui os três objetivos principais da pesquisa-ação. Optou-se por uma exposição desses objetivos em separado, não obstante se considere que na maioria das vezes eles se evidenciem de maneira concomitante.

### **3.1. INVESTIGAÇÃO**

A investigação na pesquisa-ação é entendida como um “procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que tem por finalidade estudar algum aspecto da realidade, com uma expressa finalidade prática” (ANDER-EGG, 1990, p. 35).

Perrenoud (1993), reportando-se à investigação científica, discorreu sobre uma série de benefícios que essa pode suscitar dentro das ciências sociais. Para ele, a investigação permite uma divisão mais fina e analítica da realidade, já que leva a uma visão mais precisa e diferenciada dos fenômenos que frequentemente são percebidos superficialmente. A investigação, além disso, obriga a escutar e olhar com mais atenção. Segundo esse autor, comumente as pessoas não vêem bem e nem sequer escutam, porque contam com o que vão ver e ouvir, ou porque têm preconceitos ou imaginam a realidade tal como a pensam; a investigação, dessa forma, poderia auxiliar a evitar os conceitos preconcebidos e prestar maior atenção ao relativismo das situações concretas. Nessa direção, o citado autor afirmou que a investigação ajuda a ver muito melhor aquilo que está escondido, o recalcado, o não-dito; obriga a ter em conta a diferença e a diversidade e relativiza as evidências do senso comum.

Para Perez Serrano (1990), a investigação na pesquisa-ação exigiria, portanto, outro olhar sobre o processo investigativo. Ela relatou que:

A pesquisa-ação aporta um novo tipo de investigador ao reconhecer a possibilidade de construir o conhecimento científico com os implicados na ação social e educativa. [...] é participativo no processo de

investigação, o que exigirá em ocasiões uma tomada de consciência de sua posição ideológica, pois os valores estão integrados no processo de investigação como elemento fundamental (p. 80).

Através da investigação, o que se pretende é adquirir um conhecimento mais profundo e sistemático de determinado aspecto da realidade social, com o propósito de atuar transformadoramente sobre ela. Na pesquisa-ação, a forma de estudar a realidade deve implicar a população estudada como agente ativo do conhecimento de sua própria realidade, facilitando a ela os conhecimentos necessários para atuar com o propósito de resolver alguns de seus problemas ou satisfazer algumas de suas necessidades (ANDER-EGG, 1990, p. 32-33).

A investigação em pesquisa-ação possui diversas funções. Uma primeira dimensão a ser analisada se apresenta em relação ao seu papel perante a ciência tradicional. Assim, sob essa perspectiva, podem ser revistos os métodos e critérios de cientificidade considerados válidos, o papel que a ciência desempenha e, conseqüentemente, a escolha dos problemas estudados e a articulação da relação entre teoria e prática (GOYETTE LESSARD-HÉBERT, 1988).

Para Thiollent (1988), a pesquisa-ação (assim como a pesquisa participante) é freqüentemente criticada pelos riscos iminentes que comporta: abandono do ideal científico, manipulação política etc. Esses riscos, entretanto, também existem em outros tipos de pesquisa e, segundo esse autor, podem ser superados mediante um adequado embasamento metodológico.

As exigências de cientificidade, anteriormente postuladas e validadas somente quando obedeciam a critérios rígidos de objetividade, de neutralidade do investigador, de quantificação de dados e variáveis observáveis, não coadunam com as estratégias de investigação utilizadas pela pesquisa-ação. Esses princípios, muito embora pertençam ao espírito científico, não são únicos e não se aplicam a todas as áreas com o mesmo grau de necessidade (THIOLLENT, 1988; ANDER-EGG, 1990).

Segundo Fals Borda (1991):

A ciência, longe de ser aquele monstruoso agente de ficção científica, não é senão um produto cultural do intelecto humano, produto que responde a necessidades coletivas concretas [...] e também a objetivos determinados por classes sociais que aparecem dominantes em certos períodos históricos (p. 68).

De acordo com esse autor, a ciência é construída através de métodos e técnicas aceitas por uma minoria, uma “comunidade científica” que, precisamente por estar conformada por homens e mulheres, está sujeita aos valores, interesses, crenças, estereótipos e interpretações de seu contexto social específico. Por esse motivo, não se pode aceitar nenhum valor absoluto no conhecimento científico, uma vez que ele está atrelado aos interesses objetivos das classes responsáveis pela formação e acumulação, ou seja, pela “produção” do conhecimento. Uma de suas afirmações demonstra crítica contundente às exigências

pragmáticas que cerceiam o fazer científico:

A comunidade de cientistas especializados ocidentais de hoje pretende monopolizar o que é a ciência e ditamizar sobre o que é e o que não é científico. Este nível tem claras conseqüências na manutenção do *status quo* político e econômico que se resolve ao redor do sistema capitalista e industrial dominante [...] Para tanto, os cientistas preferem manejar dados e fatos congruentes com as finalidades do sistema capitalista, e relegam, reprimem ou suprimem outros que, por destacar-se ou inventar-se, revelariam alternativas contraditórias, inconsistências e debilidades inerentes ao sistema (FALS BORDA, 1991, p. 69).

Há que se considerar que os dados obtidos fora desse “maniqueísmo” científico possuem sua própria estrutura cognoscitiva e podem ter sua própria linguagem e sintaxe, o que não significa que sua obtenção seja obrigatoriamente anticientífica e que caminhe em oposição ao processo de conhecimento científico, tecnológico e artístico que caracterizam a história da humanidade.

Thiollent (1988) considerou que a pesquisa-ação não perde sua legitimidade científica pelo fato de incorporar raciocínios imprecisos, dialógicos ou argumentativos acerca de problemas relevantes. Não se pretende enquadrá-la em rígidas regras formais. Para Lopez de Ceballos (1987), a simplificação dos métodos não infere em seu empobrecimento e pode, inclusive, representar um aumento de sua riqueza interna. Adicionalmente, a mensuração quantitativa de atitudes e comportamentos se mostra muito dificultada em razão do alto grau de abstração e subjetividade que essas variáveis compreendem em seu bojo de análise. Tal atuação poderia levar a uma “pseudociência”, ou seja, na crença em uma neutralidade científica, demagógica e elitista.

De acordo com Fals Borda (1991), a ciência deveria transcender as exigências reducionistas:

O conceito de verdade [...] já não parece fixo nem determinado, senão que se dá desde uma posição de poder que formaliza ou justifica o conhecimento aceitável [...]. Por isso, ser cientista hoje é estar comprometido com algo que afeta o futuro da humanidade. Assim, a substância da ciência resulta ser qualitativa e cultural; não é a mera medição estatística, senão a compreensão das realidades (p. 72).

A quantificação de variáveis em pesquisa social é intrincada e, muitas vezes, não passa de simples produção de dados. “Uma ciência se faz com dados como uma casa se faz com tijolos; mas um monte de dados não é ciência, como um monte de tijolos não é uma casa” (HENRI POINTCARRÉ, citado por LOPEZ DE CEBALLOS, 1988, p. 09).

Ainda tratando do papel da “investigação” na pesquisa-ação, Goyette e



Lessard-Hébert (1988) afirmam que a investigação exerce também uma função de descrição da realidade, que se caracteriza pela situação de seu objeto, ou seja, uma situação problemática concreta, vivida nas dimensões espaço-temporais reais em que participantes e investigadores estão envolvidos. Descrever o real seria, então, tentar, através da observação e da operacionalização dos conceitos, captar o que se passa em um campo preciso do real empírico.

Uma vez expostas de maneira concisa algumas das funções que desempenha a investigação dentro da pesquisa-ação, serão colocados a seguir alguns dos pressupostos relacionados aos objetivos da “ação” vinculados à pesquisa-ação.

### 3.2. AÇÃO

Lewin afirmava em seus escritos que a pesquisa-ação não pretendia “uma ação sem investigação”, nem tampouco uma “investigação sem ação”. A perspectiva em que a ação é compreendida nessa metodologia de pesquisa pode diferir bastante dentro da concepção de cada autor.

Em princípio, a própria atividade investigativa já se constitui em uma forma de ação – entendida como organização, mobilização, sensibilização e conscientização (ANDER-EGG, 1990; PARK, 1991). Entretanto, a ação como objetivo da pesquisa-ação vai mais além da pura prática investigativa.

Para Elliot (1990), a pesquisa-ação se caracteriza por ser o estudo de uma situação social com o fim de melhorar a qualidade da ação dentro dela mesma. Assim, na pesquisa-ação as teorias não se validam isoladamente para depois serem aplicadas na prática, senão que se fazem válidas através da ação, da própria prática (PEREZ SERRANO, 1990).

Alguns autores consideram que a ação deve estar sempre voltada para a transformação social, seja ela adaptadora, seja transformadora. Aqui se encontram algumas congruências entre a pesquisa-ação e a educação popular: a ação adaptadora seria aquela que está a favor do poder, que busca manter o *status quo*; a ação transformadora se une a um projeto político, crítico, reivindicador – como o é a conscientização de Freire (GOYETTE; LESSARD-HÉBERT, 1988; ANDER-EGG, 1990).

Thiollent (1997), quando tratou das limitações dos objetivos da pesquisa-ação nas organizações<sup>12</sup>, considerou a ação de um ponto de vista mais restrito, encontrando-se esta voltada para problemas mais delimitados, como problemas de relacionamento entre áreas da organização, redefinição de identidade, treinamento de certas categorias de pessoal etc.

Esse autor afirmou que, no contexto das organizações, “os pesquisadores

<sup>12</sup> Organizações estas que se entendem por: *qualquer entidade que agregue grupos sociais cujas atividades são estruturadas em processos com objetivos definidos [...] – empresas de produção ou serviços; administrações públicas, centros de pesquisa científica ou tecnológica; associações profissionais ou sindicatos; e outras entidades sem fim lucrativo* (p. 13).

e demais participantes não devem ficar iludidos por visões absolutizadas de comprometimento e mudança” (p. 28). Para ele, esse tipo de pensamento está comumente ligado a questões religiosas ou políticas, o que lhe parece afastado da problemática estritamente metodológica:

O maior objetivo da pesquisa é produzir novas informações, estruturar conhecimentos e delinear ações. Não se trata apenas de expressar sentimentos ou crenças. A concepção e a aplicação visam gerar informações baseadas em observação e questionamento e com base nela seja possível firmar novas convicções entre os atores (p. 28).

Por muito que essa visão tenha sua validade em alguns casos específicos e ainda aceitando as limitações das transformações sociais possíveis dentro de processos investigativos e educativos, esse pensamento descarta a “utopia necessária” (da qual fala Paulo Freire) intimamente relacionada a trabalhos no campo das ciências sociais.

De acordo com Rahman e Fals Borda (1991):

Uma vez que a *Investigación Acción Participativa* (IAP)<sup>13</sup> se baseia em uma rigorosa busca de conhecimentos, é um processo aberto de vida e de trabalho, uma vivência, uma progressiva evolução em direção a uma transformação total e estrutural da sociedade e da cultura com objetivos sucessivos e parcialmente coincidentes. [...] Enfim, é uma filosofia de vida na mesma medida que é um método (p. 213).

Seja como for – adaptadora ou transformadora – a “ação” deverá servir-se de uma teoria e apontar na direção da inter-relação entre teoria e prática. A pesquisa-ação pretende, simultaneamente, investigar e atuar como uma espécie de dialética do conhecimento e da ação e que tende ao mesmo tempo a criar uma mudança na situação concreta e a estudar as condições em que os resultados foram produzidos.

Para Perez Serrano (1990), na pesquisa-ação a teoria não se apresenta como um elemento separado e regulador da prática, mas sim “como um elemento que ilumina, orienta e anima a prática na dinâmica de ação-reflexão” (p. 77).

Por fim, somado aos objetivos de investigação e ação, alguns autores consideram que a “formação” representa também um dos principais objetivos da pesquisa-ação, e a maneira como essa formação é entendida será percorrida na seqüência.

### 3.3. FORMAÇÃO

A aprendizagem dentro do processo investigativo representa o terceiro

<sup>13</sup> O termo *Investigación-Acción Participativa* (IAP) foi mantido, uma vez que alguns autores podem considerar que esta e a Pesquisa-ação não tratam da mesma estratégia metodológica.

aspecto da pesquisa-ação. Vários autores insistem no papel formativo dessa estratégia metodológica. Vuille (1981)<sup>14</sup> afirmou que “A pesquisa-ação é uma nova prática para todos que participam dela [...] a pesquisa-ação implica, pois, o aprendizado de uma prática nova tanto para o prático como para o investigador”. Para Auclair (1980)<sup>15</sup>, “o termo Pesquisa-ação será mais bem empregado para designar uma metodologia suscetível de permitir aos indivíduos que se informem sobre o meio no qual vivem e sobre eles mesmos”.

No processo da pesquisa-ação, todas as pessoas envolvidas estão em constante formação: através da reflexão sobre a ação, através dos relacionamentos sociais que travam e das estratégias metodológicas de que lançam mão para atingir objetivos comuns, entre outras. Quando as pessoas refletem sobre seus problemas e buscam soluções conjuntas em direção a uma transformação da realidade em que estão inseridas, supõe-se que deve buscar também uma modificação em seus valores, em suas atitudes e nas relações interpessoais; assim, a transformação social partiria, obrigatoriamente, de uma transformação individual.

Segundo Goyette e Lessard-Hébert (1988), a noção de formação ou de educação de adultos freqüentemente vem associada à pesquisa-ação. A formação estaria relacionada também ao aprendizado de um processo de investigação (incluindo habilidades de observação, de análise, de avaliação), que representaria um meio para os adultos prosseguirem uma formação profissional.

Somado a isso, as relações travadas entre as pessoas que participam do processo investigativo se baseiam na troca de conhecimentos, o que, em princípio, já determina um crescimento individual. Como afirmaram Rahman e Fals Borda (1991), o processo da pesquisa-ação deve afirmar a importância do outro, respeitando as diferenças, reconhecendo o direito que todos têm de viver e deixar viver: “quando nos descobrimos nas outras pessoas, afirmamos nossa própria personalidade, nossa própria cultura e nos harmonizamos com um cosmos vivificado” (p. 221). Nessa perspectiva, todos se formam, investigadores e demais participantes<sup>16</sup>.

Em razão do caráter cooperativo da pesquisa-ação, a comunicação e a linguagem utilizadas entre os atores desempenham papel extremamente importante. Essa comunicação, segundo Goyette e Lessard-Hébert (1988), pode se dar em dois sentidos:

- a) Um investigador comunica informações sobre os resultados e o processo de investigação às pessoas implicadas;
- b) Alguns práticos, gente do meio, comunicam informações sobre

<sup>14</sup> Vuille, Michel. La recherche-action: une pratique nouvelle ou comment s’impliquer autrement dans une recherche sur les plans personnel, professionnel et institutionnel. In: **Revue internationale d’action communautaire**, v. 5, n. 45, p. 68-73, 1981. Citado por Goyette Lessard-Hébert (op. cit.).

<sup>15</sup> Auclair, René. La recherche-action remise en question. In: **Service Social**, v. 29, p. 1; 2; 182-190, 1980. Citado por Goyette Lessard-Hébert (op. cit.).

<sup>16</sup> Para Paulo Freire, ninguém educa ninguém, educamo-nos todos em relação com os outros mediatizados pelo mundo.

seus problemas, seu meio, suas percepções, suas reações frente ao processo e aos resultados da investigação (p. 61).

A comunicação se mostra presente na pesquisa-ação desde a transmissão de conhecimentos, divulgação dos resultados da investigação, negociação entre pesquisadores e participantes até finalidades relacionadas à ação e à formação (GOYETTE; LESSARD-HÉBERT, 1988).

O intercâmbio de conhecimentos constitui uma forma de socialização e democratização do saber (ANDER-EGG, 1990; PARK, 1991). Todo o processo investigativo no desenvolvimento da pesquisa-ação está intermediado pela linguagem e pela comunicação. Não se trocam conhecimentos se a comunicação se mostra truncada por uma linguagem ininteligível para uma das partes.

De acordo com Lamoureux et al. (1984)<sup>17</sup>, “para sair do ‘gueto científico’ há que aprender a expressar-se em uma língua compreensível. Uma estrutura simples e clara não diminui o rigor nem a seriedade de uma análise” (p. 62). Assim, a linguagem utilizada na pesquisa-ação deve representar um facilitador da comunicação e não seu impedimento. Segundo Kemmis e McTaggart (1992):

O indivíduo é portador de linguagem, mas “recebe” a linguagem, já que a encontra pré-constituída como um aspecto da cultura de um grupo ou da sociedade; a linguagem contém um potencial expressivo e comunicativo, e o modo que a utilizamos só pode mudar se mudam também os “acordos” sociais acerca de como utilizar a linguagem. As pautas de utilização da linguagem são um primeiro aspecto da cultura de um grupo (p. 23).

Compreender a linguagem do outro é fundamental para a comunicação entre investigadores e participantes e para o aprendizado mútuo:

É a partir de nossa fala que obteremos respostas, concordância ou reprovação para nossas ações, é que serão alocados recursos e mobilizados esforços conjuntos para o cumprimento das diversas etapas, seja comprar os refrigerantes de uma festa de aniversário ou para concluir a montagem de um satélite (BROSE, 1995, p. 18)<sup>18</sup>.

Somente se pode colaborar para a formação do outro aceitando que esse não é um processo unilateral. De acordo com Park (1991), o aspecto fundamental de distinção entre a pesquisa-ação e outros modelos investigativos é o diálogo, uma vez que é mediante este que as pessoas podem intercambiar não somente informações,

<sup>17</sup> Lamoureux, Henri; Mayer, Robert; Panet-Raymond, Jean. **L'intervention communautaire**, Montreal, Éditions Saint-Martin, 231 p. 1984. Citado por Goyette Lessard-Hébert (op. cit.).

<sup>18</sup> Brose, Markus. Gerenciamento Participativo e o método ZOPP da GTZ. In: Klausmeyer, A.; Ramalho, L. (Orgs.). **Introdução a metodologias participativas**: um guia prático. Recife: DED, 1995. Citado por Carneiro, 1998. p. 99-105.

mas sentimentos e valores. Para ele, os problemas das pessoas comuns devem ser compreendidos com o “coração e com a cabeça”, representando o diálogo algo mais que um instrumento de investigação, já que dialogar é humano.

A pesquisa-ação, portanto, é um processo metodológico mediado pelo diálogo, em que se busca perceber os problemas concretos de dada realidade social, atuar conjuntamente com as pessoas que vivem esses problemas em seu cotidiano, buscando sua resolução – ou pelo menos maior conscientização sobre suas origens e possíveis soluções – e proporcionando aos participantes e investigadores a aprendizagem de uma prática nova em busca de uma transformação social.

Uma vez expostos os objetivos da pesquisa-ação, será explanado a seguir o processo de planejamento inerente a esta, que deve, por conseguinte, abarcar essas finalidades em seu desenvolvimento metodológico.

#### 4. PLANEJAMENTO

A pesquisa-ação, segundo o enfoque de Lewin, caracteriza-se por diversas etapas cíclicas (como uma escada em espiral): planejamento, ação e avaliação dos resultados da ação. Na prática, o processo começaria com uma proposição do que se deseja mudar ou melhorar; a seguir, o grupo identificaria uma área na qual perceberia um complexo de problemas aonde haja preocupações mútuas (preocupação temática); essa idéia geral desencadearia uma exploração do meio no qual se contextualiza a temática levantada; finalmente, o grupo decide um plano de ação geral.

A partir de uma divisão do trabalho em escalas atingíveis, abordar-se-á o primeiro passo da ação: uma mudança estratégica que deve apontar não somente para uma melhora, mas também para uma compreensão mais fina do que se poderá alcançar posteriormente. O segundo passo será a reflexão crítica sobre a ação – o que equivaleria a uma nova exploração – e que deverá indicar um novo planejamento e, assim, sucessivamente (KEMMIS; MCTAGGART, 1992).

O modelo de Lewin serve de base para muitos outros. Perez Serrano (1990) descreveu em seu livro propostas de vários autores (HILL; KERBER, 1967; HARE, 1985; ELLIOT, 1986; GOYETTE; LESSARD-HÉBERT, 1988), que, em linhas gerais, seguem esse mesmo modelo, muito embora tenham acrescentado alguns aspectos em razão do conceito que têm da pesquisa-ação e de sua aplicação concreta.

A título de exemplo, serão citadas as fases propostas por Thiollent (1997)<sup>19</sup>. Esse autor apresenta quatro ações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa-ação:

---

<sup>19</sup> Goyette e Lessard-Hébert (1988) também citam outros tantos autores que baseiam suas propostas no modelo de Lewin. Um exemplo é Isidore Chein et al., que definem cinco funções possíveis da Pesquisa-ação (correspondentes a diferentes fases de um processo circular): 1. Diagnóstico; 2. Planejamento da ação; 3. Realização da ação; 4. Avaliação das conseqüências da ação; 5. Identificação das aprendizagens realizadas (Chein Isidore, Cook, Stuart W. E Harding John. The field of Action Research. In: **American Psychologist**, v. 3, 2, p. 43-50, 1948. Citado por Goyette Lessard-Hébert (op. cit.).

1. Fase exploratória ou de diagnóstico.
2. Fase de pesquisa aprofundada.
3. Fase de ação.
4. Fase de avaliação.

Na fase de “diagnóstico”, o que se pretende é detectar os problemas concretos da realidade social em que estão inseridos os participantes da pesquisa, dentro de um contexto espaço-temporal específico. Ainda nessa fase, procurar-se-ão definir quem serão os atores da investigação e esboçar tipos de ações possíveis. Na fase de “pesquisa aprofundada”, a situação é investigada através de diversos instrumentos de coleta de dados – entrevistas, observação e análise de documentos, entre outros (“fase de planejamento”, de Lewin). Na fase que o autor denomina “ação”, o intuito é divulgar os resultados alcançados até o momento e definir ações concretas conjuntas e seus objetivos, visando solucionar os problemas levantados. Na fase de “avaliação”, o que se deve buscar é um redirecionamento das ações e resgatar o conhecimento produzido durante o processo (as duas últimas são coincidentes com a “fase de ação” e de “avaliação”, de Lewin).

Para Perez Serrano (1990), os diferentes modelos de investigação em pesquisa-ação representam uma linha norteadora que tende a indicar as vias consideradas mais adequadas para alcançar os objetivos propostos. É importante ressaltar também que a natureza cíclica do enfoque de K. Lewin reforça a necessidade de flexibilidade nos planos de ação em razão da complexidade das situações sociais concretas. Kemmis e McTaggart (1992) consideraram que seria impossível, na prática, prever tudo o que deve ser feito.

## **5. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA-AÇÃO**

A pesquisa-ação possui algumas características intrínsecas ao seu processo, coincidentes ou não entre os diversos estudiosos no assunto, mas que podem servir para compreender melhor sua natureza e defini-la como um processo investigativo alocado em uma situação concreta e que busca uma mudança efetiva em diferentes âmbitos.

Jacob (1985) apresentou as seguintes características:

- É uma experiência concreta (não uma simples simulação) que se inscreve num mundo real e não somente no pensamento.
- A seleção de uma problemática e a definição de seus objetivos não se faz a partir da teoria ou de hipóteses a negar ou confirmar, mas sim em função de uma situação global concreta.
- Os investigadores não trabalham com grupos artificiais compostos de indivíduos isolados socialmente, mas sim com grupos reais dentro de seu contexto habitual.
- Persegue uma mudança efetiva nos grupos, instituições ou, inclusive, meios concernentes.

- Os objetivos podem ser definidos pelos iniciadores do projeto e pelo conjunto dos participantes ou por uma parte deles e de grupos comprometidos no processo de investigação.
- Tem um interesse em si mesma como apoio a um processo global de transformação.
- Os investigadores estão comprometidos no processo; não são somente observadores da realidade, isto é, eles participam e atuam.
- É, de preferência, multidisciplinar.
- O processo se realiza em pequena escala.
- Leva a generalizações com o fim de guiar ações posteriores ou pôr em evidência princípios e leis.
- Aclara reciprocamente a teoria e a prática.
- Com freqüência, é difícil levar a cabo pelas seguintes razões:
  - . grande número de pessoas implicadas;
  - . interesses divergentes; e
  - . atemoriza porque exige crítica e autocrítica.
- As hipóteses são induzidas pela observação de fatos (não de um quadro teórico existente).
- Os resultados devem apoiar estratégias a desenvolver.

## 6. A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Como exposto no início do artigo, este trabalho foi escrito originalmente como arcabouço teórico de uma pesquisa de doutorado. Aqui, a pesquisa-ação, somada à educação popular, possibilitou a construção de metodologias que permitissem um diálogo constante entre teoria e prática, entre a reflexão e a ação, entre o saber acadêmico e o saber popular, buscando a superação de problemas concretos apontados por pessoas da comunidade que representavam os próprios sujeitos de sua formação.

Sem a pretensão de esgotar o assunto e não considerando esse procedimento como único, pareceu pertinente aqui apresentá-lo, uma vez que pode vir a contribuir para a formação de pesquisadores que estão se envolvendo com estudos na área de pesquisa-ação, educação popular e, ou, outras metodologias participativas, que tenham como orientação a construção de relações sociais mais justas e equitativas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDER-EGG, E. **Repensando la investigación acción participativa**: comentarios, críticas, sugerencias. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 1990. 87 p.

ELLIOT, J. **La investigación-acción en educación**. Madrid: Ediciones Morata, S.A., 1990. 132 p.

GOYETTE; LESSARD-HÉBERT. **La investigación-acción**: funciones, fundamentos e instrumentación. Barcelona: Laertes, 1988. 228 p.

JACOB, A. **Metodología de la investigación acción**. Buenos Aires: Humanitas, 1985. 74 p.

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. **Cómo planificar la investigación-acción**. Barcelona: Laertes, 1992. 199 p.

LEWIN, K. La investigación-acción y los problemas de las minorías. In: SALAZAR, M.C. **La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos**. U.N. Colombia: Consejo de Educación de Adultos de América Latina, 1991. p. 13-25.

LÓPEZ de CEBALLOS, P. **Un método para la investigación-acción participativa**. Madrid: Editorial Popular, 1987. 127 p.

PARK, P. Qué es la acción investigación - participativa. Perspectivas teóricas y metodológicas. In: SALAZAR, M.C. **La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos**. U.N. Colombia: Consejo de Educación de Adultos de América Latina, 1991. p. 135-174.

PEREZ SERRANO, M.G. **Investigación-acción: aplicaciones al campo social y educativo**. Madrid: Dykinson, 1990. 284 p.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993. 207 p.

RAHMAN, M.A.; FALS BORDA, O. La situación actual de las perspectivas de la investigación-acción participativa en el mundo. In: SALAZAR, M.C. **La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos**. U.N. Colombia: Consejo de Educación de Adultos de América Latina, 1991. p. 205-221.

SALAZAR, M.C. **La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos**. U.N. Colombia: Consejo de Educación de Adultos de América Latina, 1991. 223 p.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Editores Associados, 1988. 108 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Cortez, Editora Atlas, 1997. 164 p.

Recebido em abril de 2008.

Aprovado em agosto de 2008.